

**Resposta 31/08/2020 17:20:44**

RESPOSTAS AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS Nº 01 Resposta à pergunta nº 01 - Resposta da ASEG: por se tratar de prestação de serviço pela contratada e recebimento de serviço pelo contratante, apenas se detivemos em colocar a quantidade mínima dos equipamentos fins deste serviço, quais sejam: câmeras e sensores com a qualidade mínima exigida para uma boa prestação do serviço, evitando assim, que outras licitantes aleguem cerceamento de concorrência, que deve ser ampla. Deste modo, optamos por ter um serviço fim (já que se trata de locação de equipamentos e não aquisição), com a qualidade mínima de visualização das câmeras e sensores de presença, devendo a empresa garantir essa qualidade, visto que o serviço será aceito apenas se o fiscal de contrato ATESTAR essa qualidade mínima requerida, estando a empresa contratada ainda sujeita às penalizações inseridas no Termo de Referência. Portanto, as empresas terão que verificar quais equipamentos, em quantidade e qualidade, que garantirão a melhor qualidade para a prestação do serviço exigida. Se através de NVR, HD (mínimo para 30 dias de gravação), telas para visualização no local (acredito que 1 seria suficiente), switch, fiação apropriada, etc, de modo a permitir o perfeito funcionamento do sistema de monitoramento de câmeras e alarme com central de monitoramento 24 hs. Por exemplo, se uma central de alarme comporta apenas 8 sensores para monitoramento, e temos 18 pontos de sensores a instalar, a vencedora teria que instalar uma central de alarme mais robusta, que comporte esse mínimo exigido no Termo de Referência (de 18 sensores) e, assim por diante. De acordo com os equipamentos-fins (câmeras e sensores e centrais de alarme) é que a empresa vai fazer suas estimativas de custo e especificação dos equipamentos-meio. Resposta à pergunta nº 2 - Resposta da ASEG: foi retirado o item 4.7.7., que previa o botão de pânico, visto que houve engano na reformulação do Termo de Referência quando foi solicitado pela ASJUR no Parecer 338/2020. Seria para retirar os itens 4.7.7 e 9, alínea "k", sendo retirados, à época, apenas o item 9, alínea K, que já contém outra redação de obrigação para a contratada.. Porém, solicito seja feito uma retificação no Edital, perante o processo SEI, para que as empresas tenham ciência a tempo. Resposta à pergunta nº 3 - Resposta da ASEG: como dito acima, todos os equipamentos serão disponibilizados pela contratada, e as quantidades são conforme as necessidades dos equipamentos-fins a serem instalados em cada localidade. A contratante apenas deseja o serviço prestado, na qualidade mencionada.

**Resposta 31/08/2020 17:26:21**

RESPOSTAS AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS Nº 02 Resposta à Pergunta nº01 -a -condição item 6.1. do edital. Senhor licitante vide a condição 4.5.1. do edital: 'Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante mais bem classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances. Grifamos. Sendo assim, o pregoeiro somente procederá à análise da proposta e da documentação de habilitação das licitantes que tiverem suas propostas classificadas durante a fase de aceitação das propostas. Resposta à Pergunta nº01-b -condição item 6.3. do edital. SIM. O que poderia vir a ocasionar uma possível quebra do sigilo da proposta e sumariamente a desclassificação de um licitante seria se houvesse qualquer identificação da empresa na proposta eletrônica. Ademais, logo após abertura da sessão pelo Pregoeiro, dá-se a análise preliminar das propostas eletrônicas ofertadas pelos licitantes, pois somente essas são disponíveis para análise do pregoeiro antes da abertura da fase de julgamento das propostas, o que ocorre somente após o encerramento da fase de lances. Resposta à Pergunta nº 2 - Senhor licitante vide a condição 4.5.1. do edital: "Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante mais bem classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances. Grifamos. Ora, essa determinação de acesso aos documentos de proposta e de habilitação somente após o encerramento da fase competitiva visa justamente a proteger o princípio do sigilo das propostas, e não é letra morta, durante os procedimentos de realização uma sessão pública de Pregão Eletrônico. Assim sendo, o sistema de Pregão Eletrônico do Comprasnet já é programado para buscar preservar e assegurar o cumprimento do quanto prescrito na condição 4.5.1 do edital. A marcha do pregão eletrônico é justamente essa. Sendo assim, somente a partir do início da fase de JULGAMENTO das propostas é que ao pregoeiro e ao público em geral será disponibilizado o acesso a esses documentos. Nesse sentido, vide o que diz o §8º do artigo nº26 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019: Art. 26. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. § 8º Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances. Grifamos Impende ressaltar que o novo procedimento previsto no Decreto 10.024/2019 exige o envio prévio de todos os documentos de proposta e de habilitação previstos no edital, em momento anterior à abertura da sessão pública. Tais documentos gozam de sigilo temporário, nos termos do Art. 26, §8º do citado regulamento. Assim, as informações de identificação do licitante, marca, modelo e fabricante do objeto ofertado não são disponibilizadas pelo sistema Comprasnet antes da etapa de lances, não podendo ser utilizadas como parâmetros para a desclassificação das propostas pelo pregoeiro ou mesmo para a formulação de lances pelas empresas licitantes. Grifamos Por derradeiro, senhor licitante, o que poderia vir a ocasionar uma possível quebra do sigilo da proposta e sumariamente a desclassificação de um licitante seria se houvesse qualquer identificação da empresa na proposta eletrônica Resposta à Pergunta nº 3 - RESPOSTA DA UNIDADE DEMANDANTE: o item 4.7.7. foi retirado do Termo de Referência, não sendo mais exigível. Resposta à pergunta nº 4 - RESPOSTA DA UNIDADE DEMANDANTE: por se tratar de prestação de serviço pela contratada e recebimento de serviço pelo contratante, apenas se detivemos em colocar a quantidade mínima dos equipamentos-fins deste serviço, mediante recomendação do Tribunal, quais sejam: câmeras e sensores com a qualidade mínima exigida para uma boa prestação do serviço, evitando assim, que outras licitantes aleguem cerceamento de concorrência, que deve ser ampla. Deste modo, optamos por ter um serviço fim (já que se trata de disponibilização de equipamentos e não aquisição), com a qualidade mínima de visualização das câmeras e sensores de presença, devendo a empresa garantir essa qualidade, visto que o serviço será aceito apenas se o fiscal de contrato ATESTAR essa qualidade mínima requerida, estando a empresa contratada ainda sujeita às penalizações inseridas no Termo de Referência. Portanto, as empresas terão que verificar quais equipamentos, em quantidade e qualidade, que garantirão a melhor qualidade para a prestação do serviço exigida. Se através de NVR, HD (mínimo para 30 dias de gravação), telas para visualização no local (acredito que 1 seria suficiente), switch, fiação apropriada, etc, de modo a permitir o perfeito funcionamento do sistema de monitoramento de câmeras e alarme com central de monitoramento 24 hs. Por exemplo, se uma central de alarme comporta apenas 8 sensores para monitoramento, e temos 18 pontos de sensores a instalar, a vencedora teria que instalar uma central de alarme mais robusta, que comporte esse mínimo exigido no Termo de Referência (de 18 sensores) e, assim por diante. De acordo com os equipamentos-fins (câmeras e sensores e centrais de alarme) é que a empresa vai fazer suas estimativas de custo e especificação dos equipamentos-meio. Pela quantidade de câmeras e sensores, a empresa tem condições de estimar a quantidade de cabos necessários para instalação, por se tratar de imóveis térreos com média de 300 metros quadrados